



CEAD
Centro de Educação
Aberta e a Distância



DEETE
Departamento de
Educação e Tecnologias

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP/CEAD.

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

KARINE SILVA GUZZO

Educação Patrimonial para a Valorização de Identidade e Alteridade

Ouro Preto (MG),
2024

KARINE SILVA GUZZO

Educação Patrimonial para a Valorização de Identidade e Alteridade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profº Drº Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva

Ouro Preto (MG),
2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Karine Silva Guzzo

Educação Patrimonial para a Valorização de Identidade e Alteridade

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, EaD, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 03 de dezembro de 2024

Membros da banca

Professor-Doutor Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Professora-Doutora Janaína Lacerda Furtado - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/12/2024



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/12/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0821114** e o código CRC **A7F3A46A**.

RESUMO

À Educação Patrimonial precisa ser pensada para a valorização cultural identitária e também para propiciar a alteridade. Para isso, objetivou-se analisar a educação patrimonial em uma perspectiva reflexiva, crítica e dialógica, onde é concebida à ideia de um patrimônio cultural construído socialmente ao longo da história. Contrariando assim, à ideia hegemônica e instrutivista de um patrimônio dado, estático e intransformável, partindo da premissa de que a patrimonialização só existe mediante a existência do sujeito social produtor de cultura. Logo, torna-se primordial entender como a cultura colonizadora, hegemônica e dominante exerce influência na construção de nossos gostos, vontades e ações, moldando nossas memórias individuais e coletivas, de maneira que nossas memórias formam nossa identidade. À vista disso, é necessário conhecer e compreender a trajetória da educação patrimonial no Brasil e as dificuldades de sua implementação transversal, para a emancipação do sujeito visando a transformação da realidade, possuindo senso crítico, sensibilidade e autonomia para atuar na vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Diversidade Cultural; Identidade; Cultura;

ABSTRACT

Heritage Education needs to be considered in terms of culture identity appreciation and also to foster otherness. To this end, the aim was to analyze heritage education from a reflective, critical and dialogical perspective, where the idea of a culture heritage socially constructed throughout history is conceived. Thus, it contradicts the hegemonic and instructivist idea of a given, static and untransformable heritage, based on the idea that patrimonialization only exists through the existence of the social subject that produces culture. Therefore, it becomes essential to understand how the colonizing, hegemonic and dominant culture influences the construction of our tastes, desires and actions, shaping our individual and collective memories, in such a way that our memories form our identity. In view of this, it is necessary to know and understand the trajectory of heritage education in Brazil and the difficulties of its transversal implementation, for the emancipation of the subject aiming at the transformation of reality, having a critical sense, sensitivity and autonomy to act in social life.

KEYWORDS: Heritage Education; Culture Heritage; Culture Diversity; Identity; Culture;

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Apresentação inicial da Fundamentação Teórica.....	7
2.2 Análise do Referencial Teórico.....	09
3. METODOLOGIA.....	14
4. DISCUSSÃO GERAL SOBRE OS RESULTADOS.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6. REFERÊNCIAS	18

1. INTRODUÇÃO

O presente texto foi desenvolvido com a finalidade principal de analisar em uma perspectiva crítica à Educação Patrimonial para a valorização cultural de identidade e alteridade. Dessa forma, objetiva-se, proporcionar análises acerca da Educação Patrimonial no ensino brasileiro, verificando se esta educação leva em consideração a valorização da cultura em uma concepção reflexiva, dotada de criticidade e voltada para o diálogo, no tocante à constituição identitária para alteridade.

Mediante isto, considerando o referencial teórico disposto nesse artigo de revisão, é importante evidenciar a conceituação de cultura, expondo suas variações e, delimitar como a cultura colonizadora, hegemônica e dominante exerce influência na construção de nossos gostos, vontades e ações. De maneira que, influencia e modula até mesmo a formação de nossas memórias coletivas, conseqüentemente influenciando também no desenvolvimento de nossa identidade, sendo projetada através de nossas memórias comunitárias e individuais.

Por isso, é impossível fazer menções ao patrimônio cultural sem antes adentrar ao conceito de memória e identidade, pois ambos são formadores da “patrimonialização” que conhecemos hoje. Logo, o patrimônio é concebido como algo construído socialmente ao longo da história, que pode sofrer alterações mediante o tempo histórico e novas significações atribuídas ao mesmo, de maneira alguma será concebida a ideia de um patrimônio dado, estático e intransformável.

[...] Nessa concepção, cumpre destacar a importância de o Iphan afirmar que adota o patrimônio cultural como uma construção social e, portanto, deve ser apropriado socialmente. O ganho está em não conceber o patrimônio como produto dado, que existe por si só e antes mesmo do sujeito social. (Tolentino, 2016, p. 40)

É necessário evidenciar a importância deste trabalho acadêmico, que propiciará a compreensão e valoração da diversidade cultural para a construção de identidades e o sentimento de alteridade. Tendo em vista, a Educação Patrimonial na perspectiva reflexiva, crítica e dialógica sendo dotada de significado partindo da realidade em que

se insere a comunidade escolar. Para isso, é primordial a compreensão do que seja o capital simbólico e cultural, que se conecta intimamente nas relações de poder estabelecidas socialmente.

Portanto, há uma supervalorização do capital cultural dos grupos que também detém o capital econômico, sendo muito necessário compreendermos como a cultura hegemônica modula nossos gostos, nossa forma de pensar, agir e sentir, ou seja, a maneira pela qual existimos tanto em âmbito social quanto individual. À vista disso, a grande atribuição é à emancipação do sujeito visando a transformação da realidade, possuindo senso crítico, sensibilidade e autonomia para atuar na vida social.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Apresentação inicial da Fundamentação Teórica

As bases principais de sustentação teórica desta revisão de literatura encontram fundamentação em Bourdieu (2013), Rocha (2012), Scifoni (2017) e Tolentino (2016), autores que contribuem para o entendimento da cultura e da sociedade, bem como do patrimônio cultural e sua perspectiva educativa. Dessa forma, é relevante evidenciar que o campo da educação patrimonial está em constante disputa no que cerne as relações de poder que existem na sociedade capitalista vigente, levando em consideração, que “a cultura na lógica do privado, como negócio lucrativo, não é compatível com reflexão crítica, com problematização e nem com compreensão do significado do passado” (Scifoni, 2017, p. 9).

Assim sendo, compreender o capital cultural e o capital simbólico, torna-se essencial para compreensão pela qual nos apropriamos da cultura perante nossa origem social e as relações que estabelecemos com meio socioambiental em um dado momento da história. Então, podemos dizer que isso é o capital cultural, toda apropriação cultural que nos constitui, que conseguimos internalizar e/ou externalizar, tudo aquilo que influi em nossas atitudes cotidianas, recebendo influências dos espaços ao qual nos inserimos, da nossa bagagem familiar herdada, das linguagens ao qual temos acesso e todas as nossas vivências diárias.

Nesse sentido, o capital simbólico pode ser concebido como as “propriedades

simbólicas adquiridas na relação com sujeitos que os percebem e apreciam, propriedades essas que precisam ser interpretadas segundo sua lógica específica” (Bourdieu, 2013, p.106). Ou seja, é tudo aquilo que atribuímos valor e significado, e só atribuímos valor a algo mediante a cultura, melhor dizendo, pelos nossos marcadores culturais. Mas, infelizmente, segundo as riquíssimas postulações de Bourdieu, o capital cultural de quem detém maior capital econômico é mais valorizado na concepção de manifestação das diferentes formas de poder exercidas socialmente, possuindo a capacidade de modulação de nossos gostos pessoais, nossos desejos, nossas ações, estando presente pela forma a qual somos e estamos no mundo.

Logo, por vezes de maneira sutil e por vezes de maneira explícita, a cultura hegemônica ganha espaço e é priorizada na escolha dos patrimônios, Tolentino (2016) salienta que, parte significativa dos patrimônios culturais presentes no Brasil tutelados pelo Estado, em sua maioria esmagadora se remetem ao que herdamos de nossos colonizadores. Sendo, os bens culturais produzidos pelos indígenas e africanos deixados em segundo plano, porém aqui temos um entrave, grande parte do que hoje conhecemos como patrimônio cultural material deixados por nossos antepassados europeus, foram construídos e edificados por meio da mão de obra escravizada. Todavia, a priorização da intelectualidade mediante o trabalho braçal também pode ser considerado um traço cultural hegemônico, que até os dias atuais é reverberado na sociedade brasileira.

Ademais, quando falamos em patrimônio, sobretudo para o ensino patrimonial, é necessário destacarmos os importantes conceitos de identidade e memória, pois será através dos diversos tipos de patrimônio culturais existentes que tais conceitos serão preservados e promovidos. Desse modo, a proteção de culturas locais e populares, demonstrada por intermédio de conjunto de valores e significados de um grupo em um dado tempo histórico, forma a memória coletiva pela qual os ancestrais viviam e modificaram o espaço para sua sobrevivência. Por isso, a educação patrimonial apresenta-se como uma das ações preservacionistas mais importantes na resistência cultural de grupos sociais que possuem pouca visibilidade e, historicamente, tiveram sua cultura devastada pelo etnocentrismo colonial.

Em decorrência disto, quando nos referimos a identidade, seja ela individual ou

coletiva, estamos falando em lembranças e memórias, pois é a memória a principal construtora de identidade, sendo que “a memória é essencial na percepção de si e dos outros” (Rocha, 2012, p.3). Uma vez que, o reconhecimento de culturas ancestrais, bem como da herança cultural que o sujeito traz consigo, torna-se muito relevante para a percepção de si como sujeito sócio-histórico capaz de produzir cultura, com a finalidade de transformação da realidade por meio da alteridade na perspectiva antropológica.

Assim, não é atribuído que nenhuma cultura seja superior a outra, mas o que ocorre é o reconhecimento das diferenças culturais existentes entre as sociedades humanas, conforme Claude Lévi-Strauss em seu livro “Raça e História”, que evidencia as diferenças organizacionais em cada grupo social e conseqüentemente em sua cultura.

[...] Com efeito, o problema da diversidade não se põe apenas a propósito das culturas encaradas nas suas relações recíprocas, existe no seio de cada sociedade, em todos os grupos que a constituem: classes, meios profissionais ou confessionais, etc., desenvolve determinadas diferenças às quais cada uma delas atribui uma extrema importância. (Lévi-Strauss, 2012, p. 3)

No entanto, se a memória configura-se como fator de extrema importância para a formação identitária do sujeito e, sendo a educação patrimonial uma ação igualmente relevante para que o capital cultural seja preservado, é preciso também evidenciar o conceito antagônico de memória, a saber, o esquecimento. Destarte, o esquecimento possui relação íntima com a memória manipulada, visto que consiste no apagamento de lembranças que envolvem culturas subjugadas perante a dominância ou que modulam essas lembranças a partir de seus referenciais culturais hegemônicos. Logo, “essa manipulação refrata uma suposta identidade coletiva coesa e homogênea e contribui para a manutenção de um determinado status quo e de processos de dominação vigentes” (Tolentino, 2012, p. 44)

2.2 Análise do Referencial Teórico

Bourdieu (2013), expõe a conceituação do capital simbólico e sua complexa influência constituinte na sociedade de classes, este capital se liga intimamente ao capital cultural e econômico. Embora o sociólogo francês tenha postulado os diferentes tipos capitais existentes, o mesmo evidencia como tais capitais possuem

interdependência entre si e se conectam para a complexa compreensão das estruturas sociais e suas relações hierárquicas de poder. Dessa forma, o capital simbólico é concebido como grande parte das vezes como um capital invisível, que se atrela a valores e posições sociais, como por exemplo a forma como uma pessoa é tratada mediante o valor simbólico que possui socialmente.

Logo, tais entendimentos são preciosos para apreensão da sociedade de classes, Bourdieu critica tanto perspectivas objetivistas, que consideram as classes como agrupamentos discretos, possuindo uma simplificação rasa de algo extremamente complexo; como também, critica as concepções subjetivas, que reduzem a sociedade apenas a partir das ações individuais de seus atores sociais. Por isso, o autor propõe o hibridismo de ambas teorias, para melhor compreendermos a complexidade de dominância e o estruturalismo de divisão de classes, que somente existem pelas hierarquias e apropriação desigual dos capitais. Assim, as postulações de Pierre Bourdieu ao permitir o discernimento da vida social no contexto das sociedades capitalistas, permite igualmente discernirmos sobre a apropriação do patrimônio cultural e as relações de poder e disputas que o envolvem.

Por outro lado, Tolentino (2016) não concebe o campo do patrimônio fora do campo educativo, pois ambos são interdependentes e para se pensar uma educação patrimonial reflexiva, crítica e dialógica, antes se torna necessário desmistificar cinco falácias estereotipadas que permeiam o ensino do patrimônio cultural. A primeira falácia consiste em afirmar que a educação patrimonial permite a alfabetização cultural, sendo o conceito de alfabetização cultural por si só opressivo e dominante, porque concebe a ideia de que um certo indivíduo não é capaz de produzir cultura, tampouco possui sua herança cultural herdada. Precisando assim, ser alfabetizado acerca de uma determinada cultura que é considerada "importante", ou seja, claramente expressando a relação de poder e dominação delineada por determinadas culturas em detrimento de outras que por estas são consideradas inferiores.

A segunda falácia se refere a educação patrimonial ter surgido no Brasil apenas na década de 80 – que é uma inverdade - e desconsidera toda temporalidade histórica de seus primórdios. Dessa forma, a educação patrimonial existe no Brasil muito antes de possuir esta nomenclatura, e o que se estabelece a partir de 1980 é um marco

temporal para a elaboração do termo “educação patrimonial” e sua inserção para prática educacional.

Na sequência, a terceira falácia se refere à educação patrimonial promover conscientização da população para a preservação do patrimônio cultural. Logo, conscientizar a população acerca do patrimônio assemelha-se à prerrogativa de “alfabetização patrimonial”, pois traz à ideia de levar o conhecimento à consciência daqueles que não o possuem, demonstrando violências simbólicas a grupos que já possuem seus patrimônios sejam materiais ou imateriais. Todavia, não compõem a hegemonia dominante e seus patrimônios não foram herdados dos colonizadores europeus, evidenciando claramente a relação de soberania e dominação. Com isso, “não é possível, portanto, pensar em patrimônio ou memória coletiva sem pensar em alguma relação de poder” (Tolentino, 2016, p.42).

A quarta falácia, restringe à educação patrimonial destinar-se apenas aos patrimônios culturais tutelados pelo Estado. Tal pensamento é uma verdadeira catástrofe, principalmente para a educação, uma vez que impede que o indivíduo se enxergue como sujeito sócio-histórico que é capaz de apropriar-se do patrimônio, criá-lo e reformulá-lo. Bem como, impede a transversalidade do ensino de educação patrimonial, além de trazer a ideia do patrimônio estático e determinado, que precisa ser aceito, mesmo quando não há identificação com o mesmo.

Por fim, a quinta e última falácia afirma que é preciso conhecer para preservar, mas conhecer é apenas uma condição para a preservação e não uma garantia absoluta. Geralmente, preserva-se o que é vivido, internalizado e praticado cotidianamente. Sobretudo preserva-se aquilo que de fato atribuímos valor, tanto individual quanto coletivo, e só será atribuído valor ao patrimônio se houver identificação, caso não haja, os sujeitos mesmo conhecendo o patrimônio não sentirão necessidade de preservá-lo. Portanto, Tolentino (2016) acredita que é necessário romper com a educação tradicional “instrutivista”, reverberando a mera transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, para que a educação do patrimônio seja reflexiva, crítica e dialógica.

Em consonância, Scifoni (2017), corrobora com Tolentino (2016) e destaca à

importância em supercar o tradicionalismo educacional e pensar à educação do patrimônio de forma crítica. Desse modo, a autora inicialmente discorre sobre os problemas que o ensino do patrimônio enfrenta no Brasil, tais como a fragmentação conceitual a respeito da Educação Patrimonial, que é enxergada como uma metodologia de ensino e não um campo de atuação transversal.

E também, a falta de atualização, havendo a permanência de ideias e concepções passadas que já não representam a atualidade e são desconexas com a realidade vigente, sendo a máxima “conhecer para preservar” uma delas; onde retira-se a culpa dos verdadeiros culpados em relação às dificuldades de preservação do patrimônio, visto que a culpa recai na população comum e sua suposta "ignorância" acerca do assunto e não em quem controla as relações de poder na sociedade, ocorrendo a despolitização das discussões acerca do patrimônio.

Dentro dessa perspectiva, a última problemática, que a autora caracteriza como um conjunto de questões, concerne a delegar os serviços educativos sobre a patrimonialização à instituições privadas, exclusivamente às Organizações Sociais (OS), que possuem objetivo principal de ter público o suficiente para receber recursos para investimento, propiciando o que Scifoni (2017) classifica como cultura de mercado e negócio.

Continuamente, conforme a autora, temos a Portaria do IPHAN 230/2002, que instituiu a necessidade de Programa de Educação Patrimonial. Em teoria essa portaria surge como uma proposta educacional muito boa, pois teoricamente visa a promoção do ensino do patrimônio. Entretanto, na prática, foi efetivada sem contextualização com a realidade dos alunos e possuindo uma linguagem fora do alcance dos mesmos. Igualmente, não tinha por base uma perspectiva reflexiva e crítica acerca do patrimônio cultural. Sendo assim, um projeto fadado ao fracasso, pela falta de materiais que despertassem a sensibilidade em relação à preocupação concernente à memória coletiva, que a educação patrimonial deveria propiciar para os estudantes.

Todavia, ao contrário desta portaria, a Instrução Normativa (IN) nº 11 de 30 de janeiro de 2024, estabelece novos paradigmas para a promoção das ações de Educação Patrimonial. O projeto “Casas do Patrimônio”, descrito no site oficial do

IPHAN, é uma dessas importantes ações para a proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural. Igualmente, o IPHAN, têm apoiado o programa do governo federal “Mais Educação”, a fim de promover atividades extensionistas ao currículo da Educação Básica, juntamente com a Proex (Programa Nacional de Extensão Universitária) para estender as ações patrimoniais a outros setores e âmbitos.

Assim, as propostas da autora para uma nova pedagogia do patrimônio se firmam na superação da transmissão mecânica presente no ensino como um todo, o que impede os indivíduos de se enxergarem como agentes produtores de sua cultura e conseqüentemente do seu patrimônio, bem como “o compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia de transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade” (Scifoni, 2017, p. 13).

Além disso, Rocha (2012), expõe à íntima relação entre memória e identidade para a concepção do patrimônio cultural. A memória que inicialmente é concebida como algo individual, também precisa ser entendida na coletividade e nas relações construídas socialmente com grupo ao qual o sujeito pertence. A construção da memória passa por seleções e nem tudo que vivenciamos cotidianamente será fielmente lembrado, mas somente apenas o que nos gerar maior impacto a depender do contexto em que esta memória está sendo produzida, tal construção ocorre de maneira consciente e inconsciente. Portanto, a memória é formadora da identidade de uma pessoa, grupo social e/ou nação.

Nesse sentido, a autora mostra através de um estudo de caso realizado por ela como trabalhou na prática as conceituações para fomentar a valorização identitária e o sentimento de pertencimento, bem como a alteridade. Destarte, o projeto do estudo consistiu no “Mapeamento Arqueológico Cultural da Zona da Mata Mineira [...] objetivando a partir disso, conhecer o modo de vida das populações que habitaram a região anterior ao processo de colonização” (Rocha, 2012, p. 6). A fim de evidenciar a relevância dos legados indígenas, posteriormente somados aos africanos, para a constituição da herança cultural daquela comunidade e expondo assim como tais legados influem em suas memórias coletivas e na formação de suas identidades.

As conclusões de Rocha (2012), são: memória e identidade são imprescindíveis para o estudos do mais diversos patrimônio; compreender as construções de identidades proporciona a conscientização do papel social do indivíduo na sociedade e a educação patrimonial possibilita a preservação das memórias e histórias de um povo, sendo crucial para sua representação identitária, aproximando a comunidade ao seu patrimônio

3. METODOLOGIA

A metodologia que será utilizada para a produção deste Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura em Pedagogia do CEAD-UFOP será a pesquisa de revisão bibliográfica. Desse modo, de maneira mais abrangente, a necessidade da pesquisa surge em prol de problemas que a princípio não conseguimos propor possíveis soluções, pois não possuímos informações suficientes para tal. E também, quando as informações estão confusas, desorganizadas e apresentam falhas em suas formulações e/ou fontes, constituindo-se como referenciais não seguros. Assim, segundo Antônio Carlos Gil, a pesquisa passa por várias e minuciosas fases de desenvolvimento:

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos e técnicas de investigação científica. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (Gil, 2023, p. 14)

Logo, no que tange especificamente, a pesquisa de revisão bibliográfica esta caracteriza-se de acordo com o rigor de suas etapas elaborativas, sendo:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

À vista disto, a presente pesquisa de revisão bibliográfica de caráter analítico - crítico, tem por objetivo sintetizar, avaliar e identificar criticamente à educação patrimonial para a valorização cultural de Identidade e alteridade, a partir de

importantes evidências já produzidas levando em consideração o rigor da pesquisa científica no que cerne ao referencial teórico que será utilizado para a sua produção. Em consonância, à abordagem metodológica utilizada será a abordagem qualitativa, tendo em vista a grande relevância de mensuração dos dados, sua descrição e capacidade de compreensão aprofundada em vez de quantificada.

Neste aspecto, a pesquisa contará com a base de dados disponível no google acadêmico, priorizando a filtragem de palavras chaves, sendo elas: patrimônio cultural, cultura, valorização cultural e identidade. Também, será considerado um marco temporal para melhoria da filtragem das informações, sendo considerados artigos a partir do ano de 2012. Além disso, poderá contar ainda com pesquisa dos periódicos da CAPES, Scielo Brasil, dentre outros.

Portanto, para a produção deste trabalho foram selecionados alguns artigos acadêmicos pontuais, que irão compor o referencial teórico, sendo eles: “Capital Simbólico e Classes Sociais” de Pierre Bourdieu (2013); “Desafios para uma nova educação patrimonial” de Simone Scifoni (2017); “O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática” de Átila Bezerra Tolentino (2016); e, “Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF”, de Thaíse Sá Freire Rocha (2012).

4. DISCUSSÃO GERAL SOBRE OS RESULTADOS

A discussão geral sobre os resultados deste trabalho ou a análise de revisão de literatura evidencia claramente que, para a apreensão da concepção de Educação Patrimonial, antes é necessário buscar os aparatos históricos gerais sobre sua desenvoltura no Brasil. Assim como, é indispensável a concepção da sociedade neoliberal vigente e suas intrínsecas relações de poder. Nessa perspectiva, é concebida à ideia de que é intransponível compreender o patrimônio cultural, sem antes entender as relações hierárquicas de poder e dominação existentes, o que tanto Bourdieu (2013), quanto Tolentino (2016), deixam exposto em suas postulações. Destarte, se vivemos divididos por classes e experienciamos inúmeras desigualdades

tais como de raça e etnia, de gênero e minoria sexuais em geral, de espaços geográficos e socioeconômicas, obviamente, a apropriação do patrimônio cultural também será desigual.

Neste contexto, à apropriação desigual estrutural/histórica repercute nas práticas pedagógicas delineadas acerca do ensino do patrimônio. Igualmente a própria História da Educação contribui para um ensino “instrutivista” que temos na contemporaneidade, pois Scifoni (2017) e Tolentino (2016), relatam tal problemática em seus trabalhos, sendo a perpetuação do modelo educacional tradicionalista, de maneira que é priorizado a transmissão massiva do conhecimento acumulado ao longo do tempo pela humanidade, um modelo educativo que não propicia uma Educação Patrimonial reflexiva, crítica e dialógica, tampouco para a valorização cultural de identidade e alteridade. Desse modo, a partir do recorte de referencial teórico delimitado neste artigo, pode ser evidenciado, no que cerne aos objetivos traçados, que infelizmente observou-se muitos entraves que precisam ser superados para que o ensino do patrimônio seja para a emancipação do sujeito como transformador da realidade ao qual esteja inserido, prezando sobretudo pelo bem comum.

Assim, é necessário que a Educação do Patrimônio resgate as memórias coletivas de grupos sociais que geralmente são esquecidas em detrimento dos grupos hegemônicos porque, como foi explicitado anteriormente, segundo Rocha (2012), a memória é formadora de nossa identidade coletiva e individual, por isso tal resgate é fundamental. Além disso, outras problemáticas precisam ser sanadas como, por exemplo: a superação da Educação Patrimonial como metodologia de ensino, sobretudo destinada a disciplina de História, e não como um campo de atuação transversal. A própria fragmentação dos saberes, a falta de atualização dos conteúdos e como isto acarreta em uma prática pedagógica desconexa do contexto histórico, social, econômico, político e ideológico vigente. Bem como, o processo de ensino e aprendizado precisa ser voltado para a realidade dos atores envolvidos nele.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, pretendeu por meio de revisão

bibliográfica de caráter analítico - crítico, sintetizar e avaliar criticamente a educação patrimonial para a valorização cultural de Identidade e alteridade, a partir de importantes evidências já produzidas. Logo, o patrimônio cultural foi concebido como algo produzido e apropriado socialmente ao longo da história e não como algo pronto e acabado que simplesmente é dado e existe antes mesmo do sujeito, cujo objetivo seja a transmissão passiva e unilateral do que é entendido como patrimônio.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que, se em nossa sociedade existem inúmeras desigualdades, havendo a divisão de classes e a apropriação desigual dos capitais econômico, cultural e social - simbólico, conseqüentemente a apropriação do patrimônio também será desigual. Por isso, não é possível conceber o patrimônio cultural sem entender as intrínsecas relações de poder presentes no contexto sociopolítico vigente, sobretudo no que tange ao sistema predominante capitalista e sua política ideológica neoliberal, onde as instituições sociais servem ao mercado.

Repercutindo assim, na percepção e apropriação do patrimônio cultural, tendo em vista as ações preservacionistas e ações educativas, que dentro destes espectros priorizam a cultura colonizadora, hegemônica e dominante, exercendo influência na construção de nossos gostos, vontades e ações. Também, havendo a modulação e manipulação de nossas memórias individuais e coletivas, influenciando a construção identitária dos diversos grupos que existem e coexistem em uma sociedade, predominantemente plural em diversidade cultural e fortemente marcada pelas grandes desigualdades de renda e riqueza, de gênero, raça e etnia. Igualmente, desigual em acesso e oportunidades em geral, inclusive no que cerne a identificação sociocultural, porque busca-se a identificação social e individual mediante a identidade homogênea dominante imputada pela colonialidade.

Todavia, acredita-se em uma educação patrimonial reflexiva, crítica e dialógica, que foge dos ideais “instrutivistas”, colonizadores e hegemônicos, prezando sobretudo pela emancipação do indivíduo, pela valorização do ideal de alteridade, tendo em vista a diversidade cultural que compõe o Brasil. Apesar de a discussão geral sobre os resultados não ter sido positiva, é inegável que a Educação pode e deve ser transformadora, para a construção integral do educando, voltada para o exercício da cidadania, o que fomenta a necessidade de um ensino sobretudo transversal, ao invés

da fragmentação reverberada atualmente.

Dessa forma, é preciso haver mudanças profundas na forma de como concebemos a Educação e sua função social, a princípio, vencer o tradicionalismo nas práticas pedagógicas é indiscutível, de igual maneira vencê-lo também na organização dos tempos e espaços escolares. Para isso, os esforços coletivos serão imensuráveis desde ações internas no que tange às instituições educativas, compreendendo a comunidade escolar (equipe diretiva, corpo docente, setores administrativos, pais/responsáveis e alunos), até ações externas de graus de complexidade ainda maiores (políticas públicas, alteração do currículo, ações governamentais diversas, etc.). Tais mudanças, além de serem graduais, encontrarão muitos entraves, resistências e dificuldades inimagináveis para serem implementadas na prática educacional.

No entanto, é defendida a ideia de que a mudança precisa partir de algum lugar, mesmo que seja difícil e demorada, pois as transformações no sistema educacional repercute na Educação Patrimonial, sendo esta apresentada neste trabalho como uma das ações preservacionistas mais importantes na resistência cultural de grupos sociais que possuem pouca visibilidade e, historicamente, tiveram sua cultura devastada pelo etnocentrismo colonial. Assim, as práticas de ensino e aprendizagem acerca do patrimônio cultural são formas de luta e resistência, ocasionando na proteção de culturas locais e populares, demonstrada por intermédio de conjunto de valores e significados de um grupo em um dado tempo histórico, formando a memória coletiva pela qual os ancestrais viveram e modificaram o espaço, sendo imprescindível para a valorização da pluralidade de culturas e a alteridade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais**. Novos estudos CEBRAP, p. 105-115, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Editora Atlas, 2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, de 30 de janeiro de 2024. **Estabelece**

procedimentos relativos à prestação de contas e à avaliação de resultados dos programas, dos projetos e das ações culturais do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Ministério da Cultura. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-minc-n-11-de-30-de-janeiro-de-2024-540655328>. Acesso em: 04 dez. 2024.

IPHAN. **Ações e Projetos.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585>. Acesso em: 05 dez. 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História.** Universidade de São Paulo: domínio público, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.** XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição.** Editora Feevale, 2013.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova educação patrimonial.** Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático, v. 5, p. 38-48, 2016.